



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COTIDIANO ESCOLAR E CONTEXTOS LOCAIS: UMA PESQUISA-AÇÃO EM MUNICÍPIOS DO VALE DO MAMANGUAPE-PB**

**Creuza Regivânia Batista da Silva**

*Graduanda em Pedagogia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação(CCAE) /Universidade Federal da Paraíba(UFPB) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – (GEPEDUSC).  
E-mail: creuzaregivaniam@hotmail.com*

**Adriana Oliveira da Silva**

*Graduanda em Pedagogia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação(CCAE) /Universidade Federal da Paraíba(UFPB) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – (GEPEDUSC).  
E-mail: adrianapedamme@live.com*

**Ivonaldo Leite (orientador)**

*Professor da Universidade Federal da Paraíba(UFPB)/Centro de Ciências Aplicadas e Educação(CCAE). E-mail:  
ivonaldo.leite@gmail.com*

### **RESUMO**

O contexto atual tem sido marcado pela degradação do meio ambiente e pela busca de soluções sustentáveis para os problemas ambientais. O modo de produção capitalista mostra-se incompatível com um verdadeiro desenvolvimento sustentável, o qual aparece como alternativa para frear a crise ecológica induzida pela busca do lucro a qualquer custo, tendo como decorrência a ação devastadora de empresas sobre a natureza. Como contraponto a isso, a Educação Ambiental surge como uma forma de conscientizar as pessoas e de transformar a realidade através da mudança de comportamento e de percepção do meio ambiente. Isto posto, a pesquisa de onde resulta este trabalho teve como objetivo apresentar um quadro das demandas de educação ambiental em três municípios do Vale do Mamanguape-PB, quais sejam, Mamanguape, Rio Tinto e Mataraca, bem como, ao mesmo tempo, empreender uma dupla iniciativa: A) examinar como as propostas das políticas de educação ambiental têm sido apropriadas nas escolas; B) desenvolver ações de formação sobre o assunto junto aos professores.

**Palavras-chave:** Políticas; educação ambiental; formação continuada.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, deve-se entender por Política de Educação Ambiental as diretrizes consubstanciadas na Lei nº 9.175, de 27 de abril de 1999 (instituindo a PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental), assim como as constantes do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Como qualquer lei, a PNEA é fundamentalmente normativa, enquanto o PRONEA pretende ir além disso, e assim vale a pena o ter em atenção de modo mais pormenorizado.

O PRONEA é resultado de um processo que envolveu as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental, as Redes de Educação Ambiental e contou com a participação de cerca de 800 educadores ambientais de todo o país numa Consulta Pública, decorrendo daí a configuração do seu texto final em 2004. Surgiu como fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente.

Trata-se de um documento de política educacional que, sendo prescritivo, procura ser também reflexivo, isto é, intenta apontar as iniciativas a serem adotadas e, ao mesmo tempo, induzir o debate sobre o sentido delas e as perspectivas gerais da questão ambiental. Como diretrizes do Programa, são definidas as seguintes:

1) transversalidade e interdisciplinaridade; 2) descentralização espacial e institucional; 3) sustentabilidade sócio-ambiental; 4) democracia e participação social; 4) aperfeiçoamento e fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental (Brasil, 2005). Assim, afirma-se: Ao se analisar o PRONEA e, ao mesmo tempo, examinar-se a configuração sócio-ambiental do Vale do Mamanguape/PB, constata-se que essa região carece das ações propostas pelo Programa. Detentora de um quadro sócio-ambiental cujas características se expressam no empobrecimento material da sua população, na falta de oportunidades e na degradação do meio natural, a região do Vale do Mamanguape tem o seu perfil fincado nas raízes históricas da monocultura da cana de açúcar, que se firmou aliada ao uso desordenado dos recursos naturais e à falta de investimentos em desenvolvimento humano.

Isto posto, teve-se como objetivo, apresentar um quadro das demandas de educação ambiental em três municípios do Vale do Mamanguape, quais sejam, Mamanguape, Rio Tinto e Mataraca, bem como, ao mesmo tempo, empreender uma dupla iniciativa: A) examinar como as propostas das políticas de educação ambiental têm sido apropriadas nas escolas; B) desenvolver ações de formação sobre o assunto junto aos professores.



**III CONEDU**

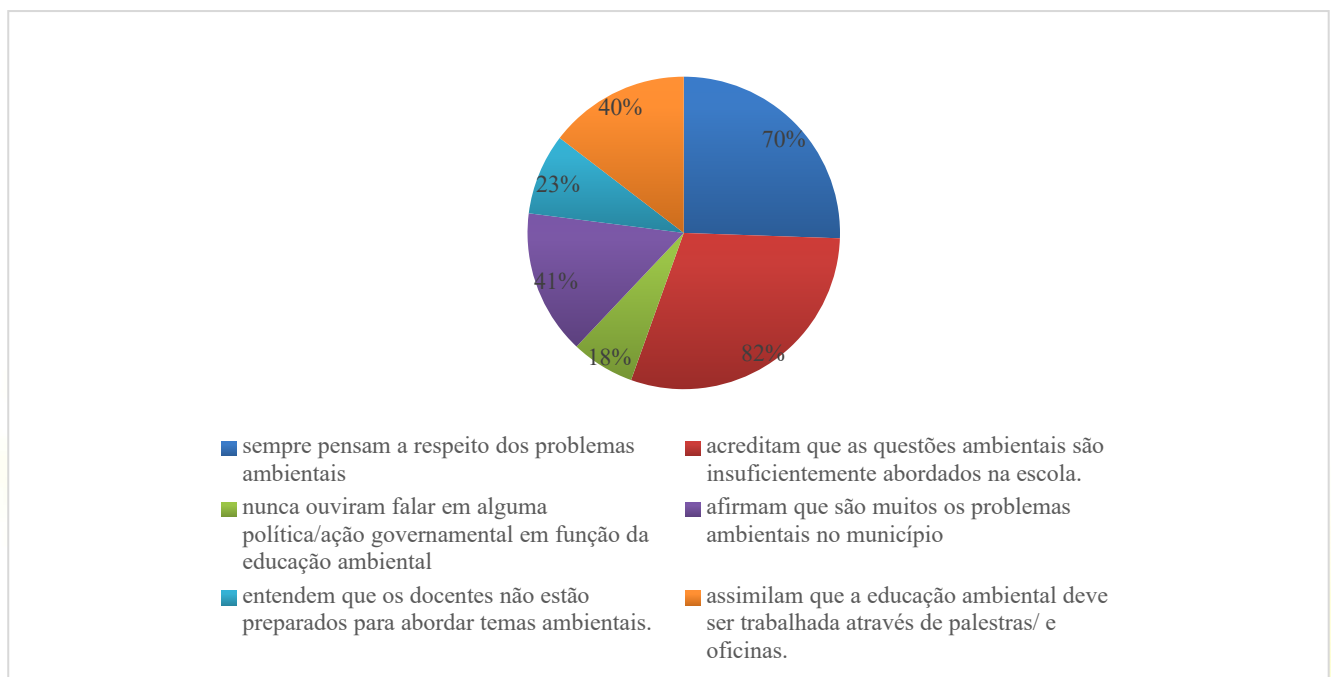
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## METODOLOGIA

Metodologicamente, teve-se como base as perspectivas da pesquisa-ação, tendo sido realizadas observações do quadro sócio-ambiental nos três municípios e entrevistas semi-estruturadas com docentes. Como ação formadora, foi realizada uma oficina aos docentes intitulada 'Educação Ambiental: Teoria e Prática'.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa dividem-se em dois blocos: um de natureza quantitativo e outro qualitativo. No que se refere ao primeiro, serão apresentados apenas os referentes ao município de Mataraca, tendo em vista que, sendo o projeto uma continuidade do ano passado (2015), os resultados quantitativos de Rio Tinto e Mamanguape já foram apresentados, restando apenas Mataraca. Os resultados qualitativos serão dos três municípios. Em relação aos resultados quantitativos de Mataraca, num universo de dezessete docentes entrevistados, temos:



No tocante aos resultados qualitativos, eles se apresentam conforme a seguir são descritos.

O primeiro resultado diz respeito à apropriação das diretrizes das políticas de educação ambiental. É inexistente essa apropriação, de modo que as propostas formuladas nacionalmente não têm repercutido no cotidiano escolar. De modo geral, sequer são conhecidas. Dessa forma, as atividades envolvendo a educação ambiental ficam limitadas a ações pontuais, às vezes por decisão individual de algum docente em função de datas alusivas à temática ambiental.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Esse fato evidencia, por outro lado, que os governos municipais e o governo estadual não estão cumprindo devidamente as suas funções de agentes indutores das políticas de educação ambiental, uma vez que, nesse processo, os documentos do Ministério da Educação e do Meio Ambiente lhes atribuem um papel central.

Um segundo resultado refere-se ao quadro das necessidades ambientais dos três municípios. Um dos principais problemas, que é comum aos municípios de Mamanguape e Rio Tinto concerne ao tratamento/destino do lixo, tendo-se a existência de um “lixão” que é dividido pelos dois municípios. Em Mamanguape, outro problema ambiental que sobressai é o saneamento básico e em Rio Tinto o tratamento da água para consumo. Em Mataraca, os problemas ambientais decorrem, por exemplo, da atividade mineradora. Nele encontra-se a Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A, originária dos Estados Unidos, e que tem unidades ainda em São Paulo (escritório de vendas) e na Bahia (indústria química). A companhia, localizada próxima à foz do rio Guajú, extrai minérios como ilmenita, principal produto da mineradora, também concentra e comercializa a zirconita (matéria prima para indústria de cerâmica, refratários e fundição de elevada precisão), rutilo (usado na produção de eletrodo de solda e ligas metálicas) e cianita (matéria prima para indústria de cerâmica). A extração de minérios em Mataraca exige a retirada da vegetação original, resultando na posterior formação de grandes massas de areia quartzosas estéreis, as quais (sujeitas à ação do vento) se deslocam e ocasionam impactos ambientais de alta magnitude. Esse quadro requer a reabilitação do ecossistema e a revegetação das áreas.

Na bacia do rio Guajú, a falta da coleta de lixo constitui-se num problema ambiental, obrigando a população a jogar resíduos a céu aberto ou queimá-los, causando evidentes prejuízos ao meio ambiente e à saúde da comunidade.

Um terceiro resultado é relativo à constatação de que os professores não se sentem devidamente preparados para tratar da questão ambiental junto aos alunos, e reivindicam que lhes seja ministrada formação nesse sentido.

Foram desenvolvidas ações de formação continuada pela equipe, e referente à ação de formação a mesma foi desenvolvida em forma de oficina. Realizada na Escola Estadual Luiz Gonzaga Burity, em Rio Tinto-PB, a oficina teve como título ‘Educação Ambiental: Teoria e Prática’, e estruturou-se a partir de eixos como: 1) Crise ambiental e suas consequências; 2) conhecendo a cidade e os seus desafios ambientais; 3) praticar educação ambiental. Metodologicamente, a oficina foi desenvolvida a partir de procedimentos como: exibição de



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

documentário sobre a crise ambiental, roda de conversa com os professores, distribuição de material didático e discussão sobre como o trabalhar em sala de aula.

### **Conclusão**

Podem ser assinalados, dentre outros, quatro elementos conclusivos: 1) urgência de as políticas de educação ambiental serem implementadas nas cidades que foram objeto do Projeto; 2) necessidade de serem desenvolvidas ações de formação contínua junto aos docentes voltadas ao tema do meio ambiente; 3) impõe-se que o problema do lixão de Rio Tinto e Mamanguape seja equacionado o mais breve possível; 4) faz-se necessário continuar desenvolvendo novos estudos no Vale do Mamanguape-PB sobre a questão ambiental, na perspectiva da pesquisa-ação, como forma de contribuir para a resolução dos problemas nessa área.

### **Referências**

BRASIL. **Lei nº 9.795/99** – Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde**, vol. 09. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)**. 3ª ed. Brasília: 2005.

LEITE, Ivonaldo. Educación ambiental y desarrollo en perspectiva: concepciones, disputas y desafíos, in **Anais do XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología**. Santiago do Chile: 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2002.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)